

LINGUAGEM E POLÍTICA: ROUSSEAU LEITOR DE CHARLES DUCLOS

Lucas Mello Carvalho Ribeiro¹

Resumo: A partir da leitura do *Ensaio sobre a origem das línguas* e do fragmento intitulado *Pronúncia*, pode-se dizer que, sob a ótica rousseauiana, o progressivo aperfeiçoamento da escrita e sua conseqüente proeminência sobre a voz plena são, talvez, os efeitos mais destacados do processo de degradação histórica das línguas. Mas a escrita só se constitui como um mal linguístico na medida em que ela reflete uma corrupção da esfera política. Com efeito, ao substituir a potência expressiva da voz acentuada por clareza e exatidão, a escrita modifica o próprio caráter da língua, deixando-a menos sonora e eloqüente. Assim, a escrita retira da língua seu gênio retórico, sua capacidade de comover um auditório e levá-lo à ação, o que só pode se dar numa conjuntura política em que a força se impõe sobre a persuasão no tocante à condução dos negócios públicos. Ou seja, num cenário em que os súditos perderam sua liberdade, em que a participação política lhes é negada. O objetivo de nosso trabalho será não apenas reconstruir o percurso argumentativo que leva Rousseau a essas conclusões, mas também mostrar como as linhas mestras dessa argumentação já se encontram dispostas nas *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée* (1754), de Charles Pinot-Duclos – uma das principais fontes do *Ensaio*, sobretudo no que concerne à questão da escrita e às relações entre linguagem e política. Dentre outros pontos, caberá demonstrar a influência do escritor e historiador francês sobre Rousseau relativamente à associação entre primazia da escrita e perda da liberdade política e à contraposição entre a linguagem dos antigos – forte, prosódica e, por isso, adequada à vida cívica – e as modernas línguas europeias – monótonas, surdas, próprias senão para conversas privadas.

Palavras-Chave: J.-J. Rousseau – Charles Duclos – linguagem – política

Jean-Jacques Rousseau encerra seu *Ensaio sobre a origem das línguas* com a seguinte citação, extraída das *Remarques sur la Grammaire générale et raisonnée*, de Charles Pinot-Duclos (obra em que o autor comenta criticamente a famosa gramática de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, também conhecida como *Grammaire de Port Royal*): “seria matéria de um exame de grande valor filosófico observar [...] e mostrar com exemplos como o caráter, os costumes

¹ Doutorando e Professor Substituto pelo Departamento de Filosofia da UFMG.

e os interesses de um povo influenciam sua língua”². Ora, a mobilização dessa passagem de Duclos, ao final do *Ensaio*, não deixa de causar certo espanto em quem acaba de concluir a leitura do opúsculo. Não tanto por causa de seu conteúdo, mas por sua localização. De fato, pareceria mais natural ler essas linhas como epígrafe do texto, e não como sua conclusão, uma vez que o *Ensaio sobre a origem das línguas* leva a cabo, dentre outras coisas, justamente um exame filosófico das influências do caráter, dos costumes e dos interesses de diferentes povos sobre a natureza da linguagem cultivada pelos mesmos.

Muito provavelmente, a decisão de Rousseau em reproduzir o programa de pesquisa duclostiano tão somente no parágrafo conclusivo de seu escrito – como indicação de uma empreitada ainda por realizar (seja por ele próprio, seja por outros pensadores), mais do que como uma meta cumprida – se deve à grande reserva que ele nutria relativamente à obra em questão. Com efeito, o *Ensaio* – publicado apenas postumamente – nunca gozou da simpatia de seu próprio autor, o qual, num projeto de prefácio para um volume que contemplaria, entre outros textos, o referido escrito, afirma: “detido pelo ridículo de dissertar sobre as línguas quando mal se conhece uma e [...] pouco contente com esse fragmento [no caso, o próprio *Ensaio sobre a origem das línguas*], resolvi suprimi-lo como indigno da atenção do público”³.

Mas, para além das eventuais razões que levaram o genebrino a pôr em dúvida a relevância das formulações dispostas em seu *Ensaio*, interessa-nos mostrar que a presença de Charles Duclos nesse escrito não se restringe à inspiração de seu propósito, mas faz-se sentir, igualmente, em pontos específicos de sua *démarche* argumentativa, destacadamente no que concerne à (i) *teoria da escrita* ali desenvolvida e (ii) às *relações entre linguagem e política*.

No intuito de trazer à tona essa herança duclostiana de Rousseau, o primeiro passo de nossa argumentação será tratar das consequências que a primazia da escrita, verificada por Rousseau nas línguas modernas, impõe à natureza da linguagem. É precisamente sobre as implicações de uma tal proeminência que discorre boa parte do capítulo V do *Ensaio sobre a origem das línguas*, todo ele dedicado à escrita. Vejamos:

A escrita, que parece dever fixar a língua, é precisamente o que a altera; não lhe muda as palavras, mas o gênio [o caráter]; ela substitui a expressão pela exatidão. Expressam-se os próprios sentimentos quando se fala e as próprias ideias quando se escreve. Ao escrever, é-se obrigado a tomar todas as palavras na acepção comum; mas aquele que fala varia as acepções através dos tons, determina-os como lhe agrada; menos preocupado em ser claro, dá maior importância à força, e não é possível que uma língua que se escreve conserve por muito tempo a vivacidade daquela que somente é falada.⁴

² ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 429.

³ ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 373.

⁴ ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 388.

Tem-se, dessa forma, que a precedência da escrita nas línguas modernas (mormente as europeias) – nas quais, segundo o genebrino, “não se faz mais do que ler falando”⁵ e cujo todo valor se encontra nas bibliotecas⁶ – corresponde a um apagamento de seus *acentos* e a um simultâneo recrudescimento das *articulações*. Ou seja, a primazia da escrita equivaleria a um paulatino enfraquecimento das inflexões da voz que exprimem os sentimentos pelos quais aquele que fala é agitado e a um conseqüente robustecimento dos elementos consonantais que introduzem cesuras na trama sonora e proporcionam precisão lógico-conceitual à língua. O que a torna mais exata e clara; porém, outrossim, mais surda e fria. Donde a preponderância da escrita numa língua ser índice de sua clareza e de sua complexidade gramatical. Isso, às expensas de sua força expressiva, como atesta o genebrino ainda no capítulo V do *Ensaio*:

por um progresso natural, todas as línguas letradas [isto é, escritas] devem mudar de caráter e perder força, ganhando clareza; [...] quanto mais se procura aperfeiçoar a gramática e a lógica, mais se acelera esse progresso; basta estabelecer academias entre o povo [...] para rapidamente tornar uma língua fria e monótona.⁷

*

Pois bem, cumpre doravante explicitar o estado de coisas que subjaz à referida primazia da escrita sobre a fala, a configuração político-social que responde por essa conjuntura linguística em que a força persuasiva é suprimida pela exatidão.

Seguindo as formulações do fragmento sobre a “Pronúncia” (cuja redação data provavelmente de 1761), vemos Rousseau assinalar como razão do descuido com a fala plena e de seu progressivo esmorecimento a “forma tomada pelos governos”⁸, a qual, ainda conforme nosso filósofo, “faz com que não se tenha nada a dizer ao povo, a não ser aquilo que menos o toca e que menos ele se interessa em ouvir: sermões e discursos acadêmicos”⁹. Nesse texto, aliás, o filósofo genebrino alude ao capítulo final do *Ensaio sobre a origem das línguas*¹⁰, que trata precisamente das relações entre linguagem e política.

Mas antes de dirigirmo-nos a esse capítulo para tratarmos a questão com o devido detalhe, voltaremos nossa atenção para a principal fonte de Rousseau no que diz respeito aos temas ora considerados. Trata-se, como já antecipamos, daquele que, no livro VII das *Confissões*, Rousseau dizia ter sido seu “único verdadeiro amigo entre os homens de letras”¹¹, a saber: o filósofo, historiador e lexicógrafo francês – Charles Pinot-Duclos.

⁵ ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 388.

⁶ ROUSSEAU, OC, II, *Prononciation*, p. 1250.

⁷ ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 389.

⁸ ROUSSEAU, OC, II, *Prononciation*, p. 1250.

⁹ ROUSSEAU, OC, II, *Prononciation*, p. 1250.

¹⁰ ROUSSEAU, OC, II, *Prononciation*, p. 1250. Cf. ainda GUYOT. “Notes et variantes”, p. 1936.

¹¹ ROUSSEAU, OC, I, *Les Confessions*, p. 290.

Já no primeiro capítulo de suas *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, de 1754, Duclos afirma “que uma pronúncia forte e uma prosódia fixa e distinta devem se conservar particularmente entre povos [...] obrigados a tratar publicamente matérias de interesse geral”¹², pelo fato de que “um orador cuja pronúncia é firme e variada pode ser ouvido de mais longe do que outro que não possui as mesmas vantagens em sua língua [...]”¹³. Daí se deduz, sem maiores dificuldades, que uma pronúncia mole e difícil de discernir, característica das línguas modernas também para Duclos¹⁴, convém tão somente a povos nos quais a deliberação pública sobre as coisas de interesse comum inexistente, nos quais a voz não mais precisa se fazer ouvir de longe, na praça pública. Pensamento que fundamenta este prognóstico: “nossa língua [no caso a língua francesa] tornar-se-á insensivelmente mais própria para a conversa [privada, para o *tête-à-tête*] do que para a tribuna, enquanto entre gregos e romanos a tribuna não se lhe assujeitava”¹⁵.

Em acréscimo, não podemos deixar de ressaltar que Charles Duclos – agora no quinto capítulo de suas *Remarques*, e também nesse ponto seguido por Rousseau – liga a decadência da pronúncia (inseparável de uma corrupção moral e política¹⁶) ao progresso da escrita: “é um povo em corpo que faz uma língua [...]. O povo é, portanto, o mestre absoluto da língua *falada*, [...] domínio que ele exerce mesmo sem [...] se aperceber dele”¹⁷. Daí o conjunto de uma nação ter “direito único sobre a língua *falada*”¹⁸ e os escritores terem “direito apenas sobre a língua *escrita*”¹⁹. Dessa forma, conclui Duclos: “o povo [...] não é o mestre da escrita como da fala”²⁰. Todas essas elaborações, diga-se, são bastante bem interpretadas por Jacques Derrida, em sua *Gramatologia*:

A língua é propriedade do povo. Eles devem um ao outro sua unidade. Pois, se há um *corpus* da língua, um sistema da língua, é na medida em que o povo está agrupado e reunido ‘em corpo’ [...]. Para desapossar o povo de sua dominação sobre a língua e, assim, de sua dominação sobre si, é preciso, pois, suspender o *falado* da língua. A escrita é o processo mesmo da dispersão do povo reunido em corpo e o início de sua escravização.²¹

¹² DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 450.

¹³ DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 450.

¹⁴ “O que se chama entre nós de sociedade, e que os antigos não teriam chamado senão grupelho [*coterie*], decide hoje sobre a língua e os costumes. Desde que uma palavra se encontra por algum tempo em uso entre a gente mundana, sua pronúncia se amolece” (DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 450).

¹⁵ DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 450.

¹⁶ Cf. DERRIDA, *Gramatologia*, p. 207.

¹⁷ DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 466; grifo do autor.

¹⁸ DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 466; grifo do autor.

¹⁹ DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 466; grifo do autor.

²⁰ DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 466; grifos do autor.

²¹ DERRIDA, *Gramatologia*, p. 207; grifo do autor.

Essa posse de si e da própria língua definiam, para Duclos, as cidades autárquicas da Antiguidade, em que os cidadãos “se entretinham de viva voz”²²; enquanto nas modernas capitais, vítimas tanto de uma pronúncia corrompida (própria apenas para colóquios) quanto da perda da liberdade política, assiste-se a uma maciça prevalência da escrita e da literatura²³.

*

Ora, essa visita às *Remarques* de Duclos permite-nos antever praticamente todas as linhas mestras da argumentação construída por Rousseau no vigésimo e conclusivo capítulo do *Ensaio* – aquele sobre a “Relação entre as línguas e os governos” –, culminância de suas teses sobre a corrupção das línguas. Ali, também, o declínio da eloquência (correlato à ascensão da escrita) é associado à perda da liberdade política; ali, também, a língua dos antigos – forte, sonora e, por isso, própria à vida cívica – é oposta às línguas modernas – monótonas, surdas, próprias apenas para conversações privadas.

Recuperemos então, *in extenso*, as ideias nucleares desse importante e muito discutido capítulo XX, para, em seguida, glosá-las com o merecido pormenor:

As línguas se formam naturalmente segundo as necessidades dos homens; elas [...] se alteram segundo as mudanças dessas mesmas necessidades. Nos tempos antigos, em que a persuasão fazia as vezes de força pública, a eloquência era necessária. De que serviria ela hoje, que a força pública supre a persuasão? Não se precisa de arte nem de figura para dizer: *esta é a minha vontade*. Que discursos resta fazer, então, ao povo reunido? Sermões. E que interesse têm aqueles que os fazem em persuadir o povo, posto que não é ele que distribui benefícios? As línguas populares se nos tornaram tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades tomaram sua derradeira forma: não se muda mais nada senão com o canhão e moedas, e, como não há mais nada a dizer ao povo senão *dai dinheiro*, isso é dito com cartazes nas esquinas ou soldados nas casas; não é preciso reunir ninguém para isso: ao contrário, é preciso manter os súditos dispersos; essa é a primeira máxima da política moderna.

Há línguas favoráveis à liberdade; são as línguas sonoras, prosódicas [...], cujo discurso é distinguido de muito longe. As nossas são feitas para o murmúrio dos divãs. Nossos pregadores se atormentam, suam nos templos, sem que nada se saiba do que disseram. Após terem se esgotado de tanto gritar durante

²² DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 466.

²³ Cf. DUCLOS, *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée*, p. 466. Rousseau, veremos, partilha a mesma convicção, e nunca deixa de marcar a frouxidão da língua francesa (vide, por exemplo, ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 392) e o gosto que se nutre em Paris – modelo de cidade corrompida – pelas belas-letas. A título de ilustração, temos: “[...] a língua francesa torna-se, a cada dia, mais filosófica e menos eloquente; em breve, ela se prestará somente à leitura, e todo seu valor estará nas bibliotecas” (ROUSSEAU, OC, II, *Prononciation*, p. 1250).

uma hora, eles saem do púlpito quase mortos. Seguramente, não valia a pena fatigarem-se tanto.

Entre os antigos, fazia-se ouvir facilmente na praça pública; falava-se aí o dia inteiro sem se incomodar; os generais arengavam a suas tropas, eram ouvidos e eles não se esgotavam. [...] Suponha-se um homem arengando em francês ao povo de Paris na praça Vendôme: ainda que grite a plenos pulmões, apenas se escutará que grita, não se distinguirá uma palavra. Heródoto lia sua história aos povos da Grécia reunidos ao ar livre e tudo ressoava com aplausos. Hoje, o acadêmico que, num dia de assembleia pública, lê uma memória, mal é ouvido no fundo da sala. [...] Ora, digo que toda língua com a qual não se consegue ser ouvido pelo povo reunido é uma língua servil. É impossível que um povo permaneça livre e fale uma tal língua.²⁴

Pode-se discernir como eixo central do longo trecho supracitado, uma proposição já sugerida por Duclos, mas que, na pena de Rousseau, ganha nova densidade argumentativa, qual seja: a implicação mútua entre a supressão do poder expressivo de uma língua (reflexo do desaparecimento de seus acentos) e a degradação da vida política de seus falantes, traduzida na quase completa ausência de liberdade e participação políticas²⁵.

Uma linguagem extenuada, desprovida de suas inflexões, não pode mais ser compreendida ao ar livre²⁶, em praça pública (não pode mais ser distinguida de longe), serve apenas para conversas a portas fechadas, para o “murmúrio dos divãs”. Seu papel político se esvai em prol da conquista vã de privilégios individuais.

Nesse ponto, acreditamos ser profícuo abrir um pequeno parêntesis para esclarecer o sentido que a palavra “*divan*” toma no texto rousseauiano. A única acepção desse termo que consta no *Dictionnaire de l'Académie Française*, de 1762 (dicionário, diga-se, organizado por Charles Duclos) – acepção ainda encontrada, embora não prevalente, tanto no francês quanto no português contemporâneos –, refere-se ao nome dado no Império Turco-Otomano ao Conselho de Estado presidido pelo sultão (“*Conseil du Grand Seigneur*”) e, por extensão, à sala ou edifício onde se davam as reuniões desse Conselho²⁷. Dessa maneira,

²⁴ ROUSSEAU, OC, V, *Essai sur l'origine des langues*, p. 428-429; grifos no original.

²⁵ O vínculo entre eloquência e liberdade – e, de maneira mais geral, entre linguagem, costumes e política – ocupa as reflexões de Rousseau também no sucinto e precoce excerto intitulado “*Sur l'éloquence*”, ao que parece composto em 1735 (cf. BECKER, *Política e linguagem em Rousseau*, p. 63). Nele, nosso filósofo declara: “Se a disciplina de um estado se enfraquece e degenera em delícias, é um motivo para crer que a eloquência aí contrairá, em breve, esse gosto mole e efeminado [...]” (ROUSSEAU, OC, II, *Sur l'éloquence*, p. 1241).

²⁶ “[...] o ar livre é o elemento da voz, a liberdade de um sopro que nada decapita. Uma voz que pode fazer-se ouvir ao ar livre é uma voz livre, uma voz que o princípio setentrional ainda não ensurdeceu de consoantes, ainda não quebrou, articulou, enclausurou, e que pode atingir imediatamente o interlocutor. O ar livre é o falar franco, a ausência de desvios, de mediações representativas entre falas vivas. É o elemento da cidade grega, cuja ‘grande causa era sua liberdade’” (DERRIDA. *Gramatologia*, p. 376). Cf. também STAROBINSKI, *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*, p. 320.

²⁷ Ver *Dictionnaire de l'Académie Française*, 1762. Disponível on-line em: <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>.

quando Rousseau fala de uma língua própria senão ao “*bourdonement des Divans*”, ele alude a uma linguagem que corre exclusivamente entre quatro paredes e vela pelo interesse particular de alguns poucos poderosos. Linguagem, portanto, que não precisa, nem mesmo deve ser ouvida em praça pública pelo povo reunido. Para cumprir ao sobredito propósito, a surdez da língua, sua carência de acentos e força expressiva, longe de ser um defeito, é bastante conveniente.

Findo esse parêntesis, devemos ressaltar que, ao contrário da linguagem original elucubrada por Rousseau nos primeiros capítulos do *Ensaio* – que, por sua natureza eminentemente apaixonada e autêntica, facultava a comunicação das disposições interiores e incitava os sentimentos que a animavam em seus destinatários, levando-os à ação –, as línguas modernas – frias, apáticas, tanto mais escritas e raciocinadas quanto menos sonoras e enérgicas – demitem de seu horizonte a eloquência, seu gênio retórico, a capacidade de afetar seus ouvintes, de agir sobre suas almas. Em suma, elas perdem a capacidade de “persuadir homens reunidos”²⁸ e “influir sobre a sociedade”²⁹ – funções maiores da linguagem numa comunidade política justa, na qual os cidadãos devem deliberar sobre os negócios de interesse público³⁰. Elas tornam-se, pois, línguas inócuas. O que só ocorre, nunca é demais lembrar, porque a força pública toma o lugar que outrora era o da retórica, porque a autoridade dos governantes se impõe sobre os súditos, que não mais detêm qualquer poder de decisão na esfera pública. Nessas circunstâncias, a *linguagem da força substitui a força da linguagem*³¹. À medida que o despotismo se insinua e se consolida no campo político, a língua é privada de sua dimensão persuasiva. Doravante, soldados ou cartazes – “signos mudos”³² – se encarregam de efetivar a vontade dos poderosos. As exauridas (mas imperiosas) línguas modernas são, conforme o julgamento de Rousseau, intercambiáveis com a simples força, com a “violência das coisas”³³.

Por ora, permitimo-nos um breve excuro com vistas a reforçar a argúcia e pertinência da teoria linguístico-política do *Ensaio*. Temos em mente a insuspeita corroboração que ela encontra, quase um século após sua concepção, no relato de Karl Marx sobre os eventos que circundaram a ascensão de Louis Bonaparte ao poder na França. Leiamos, pois, o seguinte extrato d’*O dezoito de Brumário*:

²⁸ ROUSSEAU, OC, III, Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes, p. 148.

²⁹ ROUSSEAU, OC, III, Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes, p. 151.

³⁰ Cf. STAROBINSKI. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo, p. 316.

³¹ Cf. PRADO JR. *A retórica de Rousseau*, p. 129-150 e MATTOS, “Apresentação”. In: PRADO JR., *A retórica de Rousseau*, p. 17.

³² DERRIDA, *Gramatologia*, p. 284-285.

³³ PRADO JR. *A retórica de Rousseau*, p. 185. As considerações de Bento Prado sobre o binômio linguagem/violência em Rousseau nos foram, aqui, de grande auxílio (cf. *A retórica de Rousseau*, p. 115-116; 184-186). Como síntese de sua argumentação sobre o assunto, poderíamos citar o seguinte excerto: “Ao contrário do dualismo corrente, que faz da linguagem o inverso da violência, Rousseau mostra como a violência das coisas [...] só foi possível ao término de um processo que faz desaparecer a linguagem ao roubar-lhe toda a sua força. A violência das coisas só é possível depois da supressão da força dos signos, da energia da voz humana” (PRADO JR. *A retórica de Rousseau*, p. 185-186).

O segundo Bonaparte [...] ocupou com *tropas* as principais praças de Paris, assim como o edifício do Parlamento, e, cedo pela manhã, afixou *cartazes* espalhafatosos [*marktschreierische*] em todos os muros, nos quais foram anunciadas a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado [...] e a colocação do Departamento do Sena em estado de sítio.³⁴

Os mecanismos outrora identificados pelo genebrino estão todos aí: os signos mudos – soldados e cartazes – para comunicar e impor o arbítrio do déspota recém-empossado; a demissão de todo o registro retórico da linguagem, não mais necessário; enfim, a linguagem reduzida à força. E é ainda Marx que irá dizer que o triunfo do sobrinho de Napoleão foi o triunfo do “poder sem frase sobre o poder da frase [*der Gewalt ohne Phrase über die Gewalt der Phrase*]”³⁵, isto é, da violência silente do aparato repressivo estatal sobre a dimensão persuasiva da língua (atuante e mesmo indispensável quando e onde a possibilidade de deliberação coletiva sobre a coisa pública não se encontra obliterada).

Retomando nosso fio argumentativo, chegamos, finalmente, ao ponto máximo de corrupção das línguas e da sociedade: *fim da história, fim do discurso*³⁶. Cenário assim descrito por J. Starobinski:

Nas sociedades civilizadas, o sujeito é como que expulso da palavra; aí se vê circular, em compensação, um discurso impessoal, eficaz *in absentia*: é a expressão da autoridade tirânica, que comanda inapelavelmente [...]. Assim, a comunicação humana é suplantada pelas intimações da violência arbitrária. Dinheiro, cartazes e canhões reduzem a alma ao silêncio. O que se troca, sob a coerção, não é mais que signo abstrato. Da mesma maneira que a história humana, tal como a retrata o *Discurso sobre a desigualdade*, desemboca na desordem de um ‘novo estado de natureza’, ‘fruto de um excesso de corrupção’, ela termina, no *Ensaio sobre a origem das línguas*, com um novo silêncio. A dispersão primitiva da humanidade se repete: ‘É preciso manter os súditos dispersos’ [...]. O fim da história é a repetição paródica de seu começo. [...] Para a história da linguagem, como para a da sociedade, há um ‘ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto de onde partimos’.³⁷

Quer dizer, no fim, como no começo, dispersão e silêncio; com a significativa diferença de que a dispersão e o silêncio primevos, característicos do puro estado de natureza, são espontâneos. O homem natural não fala porque não tem motivo para tal, porque suas precisões nunca ultrapassam sua capacidade de satisfazê-las solitariamente: “no estado de natureza, o homem vive no imediato; suas necessidades não encontram obstáculos e seu desejo não ultrapassa os objetos que lhe são imediatamente oferecidos. Ele jamais procura

³⁴ MARX, *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, p. 193; nós grifamos.

³⁵ MARX, *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, p. 195. Desnecessário dizer que no excerto supracitado “Phrase” é uma designação metonímica da linguagem como um todo.

³⁶ Cf. PRADO JR., *A retórica de Rousseau*, p. 116.

³⁷ STAROBINSKI, *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*, p. 320-231.

obter o que não tem. E, como a palavra nasce apenas quando há uma falta a compensar, o homem natural não fala”³⁸. Pelo contrário, a dispersão e o silêncio derradeiros são impingidos por uma conjuntura política específica: o súdito, desprovido de seu status de cidadão, é arbitrariamente silenciado³⁹.

LANGUAGE AND POLITICS: ROUSSEAU, CHARLES DUCLOS' READER

Abstract: From the reading of the *Essay on the origin of languages* and of the fragment entitled *Pronunciation*, one can make the case that, under a Rousseauian perspective, the gradual improvement of writing and its consequent prominence over full voice are, perhaps, the most distinguished effects of the process of historic degradation of languages. Nevertheless, writing only presents itself as a linguistic harm insofar as it reflects the corruption of the political realm. In fact, in substituting the expressive power of accentuated voice for clarity and exactitude, writing modifies language's character, rendering it less sonorous and eloquent. Thus, writing deprives language of its rhetorical genius, of its capacity to move an audience and bring it to action, something that can only take place in a political juncture in which force imposes itself over persuasion in the conduction of public matters. That is, in a scenario in which the subjects have lost their freedom, in which they are denied any form of political participation. The goal of this work will be not only to retrace the *démarche* that leads Rousseau to these conclusions, but also to show at what degree the main lines of this argumentation are already laid out in Charles Duclos' *Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée* (1754) – one of the chief sources of the *Essay*, especially regarding the issue of writing and the relations between language and politics. Among other questions, one will try to demonstrate the influence of the French historian and writer on Rousseau concerning the association between the primacy of writing and the loss of political freedom, as well as the opposition between the language of the ancients – strong, prosodic and, hence, suited for civic life – and the modern European languages – monotonous, deaf, appropriate but for private conversations.

Keywords: J.-J. Rousseau – Charles Duclos – language – politics

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

³⁸ STAROBINSKI, *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*, p. 154. Remete-se, ainda, a ROUSSEAU, OC, III, Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes, p. 146-152.

³⁹ Sobre esse duplo estatuto do silêncio na obra de Rousseau, eis o que diz Alain Grosrichard: “Há duas espécies de silêncio em Rousseau. Aquele da origem, em que não há nada a dizer, porque não há nada de outro a dizer senão a própria natureza: linguagem silenciosa de gestos, do rosto que não é senão, de alguma maneira, a natureza gozando dela mesma, brincando com sua própria multiplicidade. Nada é signo e tudo é signo. A própria voz é como que muda, ela não sobrevém à natureza para representá-la: cantando, ela é a natureza se encantando. Esse silêncio barulhento, infinitamente rico de expressão, é aquele do selvagem. A criança o reencontra [...]. Em oposição, há um outro silêncio, que é aquele da escravidão. A vontade geral se cala sob a tirania, a consciência sob a opinião, a fala sob a escrita, e, de maneira geral, o sujeito sob a abóboda dessas representações que lhe escapam, captam, desviam e se apoderam de sua voz: ele era o sujeito dessas representações, elas se assujeitavam a ele ao ponto de não se distinguirem dele. Ele é agora o sujeito delas, mas assujeitado a elas em uma sujeição que lhe retira toda liberdade. E, aqui também, o mais profundo silêncio se dá sob a aparência de um perpétuo barulho: tudo tornou-se signo, mas nada mais é signo. Mudo porque ele estava tomado no discurso da natureza, o sujeito é agora inteiramente tomado no discurso do outro da natureza, que lhe impõe silêncio” (GROSRICHARD, “Gravité de Rousseau”, p. 43-44).

Dictionnaire de l'Académie Française, 1762. Disponível on-line em: <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>

BECKER, Evaldo. *Política e linguagem em Rousseau*. São Paulo: USP, 2008. Tese (Doutorado em Filosofia; Orientador: Milton Meira do Nascimento).

DUCLOS, Charles Pinot-. “Remarques sur la Grammaire Générale et Raisonnée”. In: *Oeuvres de Duclos*, vol. I. Paris: A. Benin, 1821.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2006.

GROSRICHARD, Alain. “Gravité de Rousseau”. In: *Les Cahiers Pour L'Analyse*, n. 8 (“L'impensé de Jean-Jacques Rousseau”), Paris, 1967.

GUYOT, Charles. “Notes et variantes”. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Oeuvres Complètes*, vol. II. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964.

MARX, Karl. “Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte”. In: _____ & ENGELS, Friedrich. *Werke*, Band 8. Berlin/DDR: Dietz Verlag, 1960.

MATTOS, Franklin de. “Apresentação”. In: PRADO JR., Bento. *A retórica de Rousseau e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PRADO JR., Bento. *A retórica de Rousseau e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Les Confessions”. In: *Oeuvres Complètes*, vol. I. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1959.

_____. “Sur l'éloquence”. In: *Oeuvres Complètes*, vol. II. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964.

_____. “Prononciation”. In: *Oeuvres Complètes*, vol. II. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964.

_____. “Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes”. In: *Oeuvres Complètes*, vol. III. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1964.

_____. “Essai sur l'origine des langues”. In: *Oeuvres Complètes*, vol. V. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1995.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1991.